

*História da imigração e pesquisas genealógicas:  
distanciamentos, aproximações e interações  
metodológicas possíveis*

*History of immigration and genealogical research: detachments,  
approximations and possible methodological interactions*

Rodrigo Luis dos Santos\*

---

**Resumo:** O presente artigo visa a contextualizar elementos conceituais e metodológicos, promovendo uma reflexão sobre as relações de aproximação, distanciamento e interação entre o campo da História e da pesquisa genealógica. A partir deste panorama, almejamos propor, de forma significativa, um debate mais aprofundado sobre essa temática. Contemplamos a área da História da Imigração, onde encontramos ainda muitos discursos étnicos de caráter laudatório e etnocêntrico, especialmente nos estudos genealógicos, mas que podem advir, sem os devidos cuidados, também do campo historiográfico.

**Palavras-chave:** História da Imigração. Genealogia. Metodologia.

**Abstract:** The present article aims to contextualize conceptual and methodological elements, promoting a reflection on the relations of approximation, distance and interaction between the field of History and genealogical research. From this perspective, we aim to propose, in a significant way, a more in-depth debate on this theme. We contemplate the area of the History of Immigration, where we find many ethnic discourses of laudatory and ethnocentric character, especially in genealogical studies, but which can come without proper care also from the historiographic field.

**Keywords:** History of Immigration. Genealogy. Methodology.

---

---

\* Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor e coordenador dos cursos de História e Geografia do Instituto Superior de Educação Ivoti. Atual presidente (gestão 2018-2019) da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e vice-coordenador (gestão 2017-2018) do GT Estudos Étnicos e Migrações, vinculado à Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH/RS). *E-mail:* rluis.historia@gmail.com

## Introdução

*A ciência histórica nos deixa na incerteza sobre os indivíduos. Ela só nos revela os pontos pelos quais eles se ligaram às ações gerais. Ela nos diz que Napoleão sofria no dia de Waterloo, que é preciso atribuir a excessiva atividade intelectual de Newton à continência absoluta de seu temperamento, que Alexandre estava bêbado quando matou Clitos e que a fistula de Luís XIV pode ser a causa de algumas de suas resoluções. Todos esses fatos individuais só têm valor porque modificaram os acontecimentos ou porque poderiam ter desviado a série. São causas reais ou possíveis.*

*É preciso deixá-las aos sábios.*

Marcel Schwob, *Vidas Imaginárias*

Em linhas gerais, as pesquisas acerca da imigração, contemplando diferentes grupos étnicos, em nível de Brasil, se bifurcam em dois eixos principais, cada um com suas especificidades: as pesquisas acadêmicas e aquelas de cunho genealógico. No primeiro caso, tratam-se daquelas investigações de caráter mais crítico – evidentemente, podemos encontrar casos de exceção –, buscando compreender o processo de imigração estrangeira para o Brasil e seus diferentes desdobramentos, abarcando aspectos sociais, políticos, religiosos, culturais, educacionais, entre outros. O segundo, se debruça especialmente sobre a busca por dados de ancestralidade, origens familiares e sua reconstituição gráfica. Muito comumente se tem utilizado a pesquisa genealógica para outros objetivos, como obtenção de dupla cidadania, por exemplo. Deste modo, cada uma possui objetivos e marcos discursivos próprios, que funcionam como fios condutores do exercício de pesquisa e das finalidades almejadas.

Neste artigo, buscamos trazer algumas reflexões sobre esses dois campos analíticos, tendo em vista apontar seus distanciamentos, pontos de convergência e interações no espaço metodológico. Para alcançarmos este objetivo – ou pelo menos parte dele –, didaticamente, aquinhoamos esse texto em duas partes: a primeira, trazendo algumas discussões no campo teórico e conceitual sobre pesquisa histórica e genealógica e, a segunda, elencando algumas considerações de ordem prática, em que utilizamos a investigação genealógica, com finalidade historiográfica e crítica, visando a reconstituir e analisar criticamente a formação de redes sociais por alguns descendentes de alemães no Rio Grande do Sul do início do século XX.

Por uma questão ética, queremos trazer, nas linhas introdutórias deste trabalho, dois aspectos que julgamos pertinentes. O primeiro tópico está relacionado com o ineditismo desta abordagem. É importante ressaltar que essa análise da relação entre genealogia e história já ocorre. Contudo, julgamos necessário lançar luzes sobre essas abordagens mais conceituais, tendo em vista que ainda ocorrem dúvidas e equívocos na área de imigração, confundindo-se a metodologia da genealogia, com os objetivos que se quer alcançar. Outrossim, é preciso ainda desmitificar a conotação pejorativa que se tem com a investigação genealógica, enfatizando as potencialidades de seu uso, desde que ancoradas em subsídios teóricos qualificados.

O segundo ponto está atrelado com o anterior, e consiste em uma crítica aos discursos, nos quais os estudos genealógicos se revestem, e que, em muitos casos, orientam seus objetivos centrais. Não queremos aqui estabelecer generalizações, mas, dentro do papel social do historiador, trazer à baila questões que, direta ou indiretamente, podem se refletir na construção sociocultural do meio no qual está inserido. Entre estes elementos discursivos apontados, encontramos, ainda de forma bastante presente, o de superioridade ou inferioridade étnica. Em uma esfera mais sintética, esses discursos se alicerçam em termos como *pioneirismo*, *trabalho*, *progresso*, remetendo a um passado idílico e romantizado. Enaltecem a origem de seus antepassados – e não queremos aqui polemizar a contribuição imigrante para o país – e identificam, em muitas ocasiões, a si próprios como *não brasileiros* – *nós, alemães, nós italianos*, etc. Elaboram um corolário identitário baseado num sentimento de distanciamento de outros grupos. E esses discursos ganham reverberação em momentos de crise, como o que encontramos na atualidade brasileira, reforçando o estratagema de superioridade.

Trazendo para esta discussão alguns elementos conceituais e teóricos, Regina Weber (2008) aponta que, dentro do conceito de identidade étnica, um dos pontos importantes em seu processo de fomento é o fato de ser um conceito *construído*. Ou seja, trata-se de uma identidade construída em e ao longo de processos históricos, aglutinando fatores diversos, como interesses sociais, políticos, religiosos, econômicos, entre outros. Em formulações, como de Fredrik Barth (1998) e Abdelmalek Sayad (1998), a identidade étnica é construída também em situações de conflito e confronto, embora não apenas nestas. Assim, ela adquire, mais do que um caráter de aproximação entre pares, uma conotação de distanciamento e diferenciação

em relação a outro grupo. Deste modo, mesmo que subjetivamente, sem desconsiderarmos os casos intencionais, os genealogistas repetem e reforçam discursos laudatórios e etnocêntricos. E, dentro da gama de observações pertinentes ao ofício do historiador, essas representações e transmissões, seja pela via discursiva, seja pela materialização física – em museus, monumentos, entre outros espaços e meios –, consistem em fenômenos necessários de interpretação e discussão, especialmente em tempos de xenofobia, sendo exacerbada em escala mundial, como nestes primeiros anos do século XXI.

Perpetradas as devidas observações, avançaremos para algumas considerações de escopo teórico, visando a compreender melhor o jogo de interesses, interpretações, representações e discursos que estão no bojo destas duas linhas de pesquisa, acerca das imigrações.

### **Genealogia e pesquisa histórica: caminhos próximos... mas objetivos distintos**

Dentro das linhas contemporâneas de nomenclatura e definições, o termo *gen* ou *gene*, que juntamente com o sufixo *logia* – *estudo, conhecimento* –, compõe o termo *genealogia*, serve para designar os cromossomos nos quais se localizam os fatores hereditários, a herança dos antepassados na espécie, que determina (geneticamente) a formação da geração atual ou de um indivíduo. Em sua origem grega, o termo genealogia pode ser associado ao radical *geneá*, que designa *gênero, espécie* ou, mais propriamente, *geração e família*. Também está vinculado ao termo *génos*, com significado de *nascimento, origem*. Da composição desses radicais com o sufixo *logia*, tem-se o significado do termo genealogia na língua grega, cujo conceito compreende *o estudo dos progenitores e ascendentes de um indivíduo ou família*. Na língua alemã, a utilização do termo genealogia procede do século XVII, e seu uso está diretamente coligado ao conhecimento acerca da linhagem dos antepassados, daqueles que constituem o *tronco* de uma família, como se pode verificar pela moderna utilização do termo.

No âmbito da pesquisa genealógica, a partir das definições anteriormente referidas – como busca pelos antepassados de uma ou mais famílias –, a metodologia de investigação se dá por meio de análises documentais e, também, com base em relatos orais. E, neste ponto, acontece uma aproximação com a pesquisa historiográfica, no que tange ao contato com fontes de pesquisa. Com princípio em informações buscadas em documentos

e certidões de pais, tios, avós e bisavós, as pessoas conseguem descobrir seus antepassados, a data e o local de seu nascimento. A visita em cartórios, igrejas, arquivos públicos, museus e bibliotecas também pode auxiliar na busca por mais informações. A partir dessa busca é possível construir a *árvore genealógica*<sup>1</sup> de uma família com nomes, datas e lugares por onde andaram nossos antepassados, de forma que sejam mantidos vivos na memória de seus descendentes.

Mas, se no campo investigativo, a partir das fontes utilizadas, existe uma aproximação, do ponto de vista dos objetivos embutidos, no mesmo se delinea um distanciamento considerável. No âmbito historiográfico – e das ciências humanas e sociais –, a genealogia tem um significado de análise e apreensão de processos de rupturas, descontinuidades, jogos de força e modulações relacionais. Essa genealogia se baseia nas concepções advindas das contribuições de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, especialmente no que se refere ao aprofundamento da compreensão psicossocial das sociedades humanas. Em suma, ela visa a não estabelecer um *território primordial* de origem, mas estabelecer a desconstrução do mesmo. Conforme a aceção elaborada por Foucault,

[...] a história genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos, ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. (FOUCAULT, 1992, p. 34).

Conceitualmente, o que diferencia a genealogia comum do modelo genealógico, oriundo dos pressupostos de Nietzsche e Foucault? Uma definição pode ser encontrada em Dreyfus e Rabinow, a partir de um trabalho aprofundado de análise da obra *foucaultiana*:

A genealogia se opõe ao método histórico tradicional; seu objetivo é “assinalar a singularidade dos acontecimentos, fora de toda a finalidade monótona”. Para a genealogia, não há essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidades metafísicas. A genealogia busca descontinuidades ali onde os desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Ela busca recorrências e jogo ali onde progresso e seriedade foram encontrados. Ela recorda o passado da

humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. A genealogia evita a busca da profundidade. Ela busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis. Ela evita a profundidade dos grandes pensadores que nossa tradição produziu e reverenciou; seu maior inimigo é Platão. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 118).

É necessário explicitar essas demarcações entre as duas conceituações genealógicas, visando a, especialmente, compreender as aspirações de cada uma, tendo em vista que, no exercício metodológico, ambas podem se subsidiar do mesmo dispositivo, das fontes e do instrumental. Ao visualizarmos estas definições, é possível perceber que a investigação histórica se aproxima – e tem se voltado cada vez mais, através de novos aparatos conceituais e metodológicos –, em sua finalidade, da concepção *foucaultiana* do termo. Por outro lado, em sua prática, ela faz uso do modelo genealógico da reconstituição familiar, especialmente quando se trata de imigração. De todo modo, os estudos acadêmicos sobre esse tema e os de origem familiar possuem convergências, colocando o primeiro em uma área *movediça*, em que, embora tenhamos um objetivo claro ao fazer uso dessa modalidade investigativa, podemos nos deixar levar pela leitura aparente e acrítica das fontes.

Outra fonte e ferramenta da qual genealogia e história se utilizam – e podem manipular – é a memória, tanto individual quanto coletiva. Sobre o conceito de memória, Pierre Nora argumenta que

[...] o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível de lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A “memória de papel” da qual falava Leibniz, tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação, bancos de dados. [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p. 15).

A memória não deve ser compreendida como algo estanque. Ela é passível de manipulação, de recortes, de enquadramentos, conforme a definição de Pollak (1989). Segundo David Lowenthal (1985), o passado pode ser comparado a um país estrangeiro, um país distante e diferente, que necessita de ordenação, de nexos, de uma lógica capaz de lhe dar inteligibilidade. Para chegar a esse país, pode-se escolher alguns caminhos, sendo os mais comuns a história e a memória. E, dentro da perspectiva de Nora, a memória pode tomar sentidos distintos, conforme os interesses dos grupos que a instrumentalizam. Por esta perspectiva, assim como Pierre Nora, Jacques Le Goff (2003) aponta que o passado e a memória são objetos da interpretação histórica – e, arriscamos a dizer que da própria genealogia também, mesmo que indiretamente. A memória seria então um nível *elementar* de elaboração histórica, e o estudo da memória social um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da História. Conforme Halbwachs (2013), são os indivíduos que se lembram, porém, cada memória individual é um ponto de vista que integra a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que se ocupa, lugar que também muda segundo as relações que se mantêm com os outros ambientes. Outrossim, podemos, com plausibilidade, dizer que a memória e os discursos, individuais e coletivos se retroalimentam.

Se, dentro da perspectiva funcional da pesquisa histórica, deve-se confrontar as diferentes reconstituições memorialísticas, suas representações e usos políticos, para delinear e dar visibilidade às contradições, familiaridades e singularidades, no âmbito genealógico, em muitos casos, se busca exatamente o contrário: invisibilizar o que pode ser considerado ultrajante, vergonhoso ou não tão edificante para a trajetória familiar. Cabe salientar que essa diferenciação não corresponde a uma regra rígida. Podemos encontrar pesquisas genealógicas que evidenciam fatos polêmicos e contraditórios, assim como pesquisas históricas remetendo ao discurso laudatório. É preciso ter em mente a liberdade de escolha que permeia a intencionalidade dos indivíduos, assim como sua relação com o meio social na qual está atuando. O que apontamos está relacionado com nosso campo de observação, dentro dos limites no qual estamos inseridos e nos diferentes ambientes pelos quais circulamos.

Tendo como base as reflexões que inferimos, por meio da discussão de alguns importantes marcos conceituais, estabelecendo os limites, as aproximações e os contrastes constitutivos entre pesquisa histórica e genealógica, novamente reforçamos a assertiva de que estas considerações

são necessárias para fomentar a investigação historiográfica com mais clareza. Assim, o cabedal metodológico se torna mais robusto e consciente, apontando para fragilidades e congruências, dinamizando suas possibilidades interpretativas. Concernente a isso, partiremos agora para uma abordagem mais prática, estabelecendo uma conectividade entre os usos metodológicos da genealogia e a reconstituição crítica de processos históricos envolvendo âmbitos familiares.

### **Reconstituindo redes sociais a partir da genealogia: aproximações entre dois campos**

De acordo com Foucault, a tarefa do genealogista é destruir a primazia das origens, das verdades imutáveis. Ele tenta derrubar as doutrinas do desenvolvimento e do progresso. Uma vez destruídas as significações ideais e as verdades originais, ele se volta para o jogo das vontades. Sujeição, dominação e luta são encontradas em toda parte. Onde se fala de significado e valor, virtude e divindade, Foucault procura estratégias de dominação. [...] Em vez de origens, significados escondidos ou intencionalidade explícita, Foucault, o genealogista, vê relações de força funcionando em acontecimentos particulares, movimentos históricos e história. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 121).

Retomando a diferenciação entre a genealogia de Nietzsche e Foucault para o modelo mais comumente conhecido, trazemos para este artigo elementos decorrentes de nossas pesquisas, visando a compreender a articulação política e social de alguns agentes históricos no ambiente sul-rio-grandense, do princípio do século XX, abarcando especialmente o período entre 1920 e 1945. Para tanto, nosso recorte espacial se projetou sobre a região do atual Vale do Rio dos Sinos, sobretudo os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Essas famílias eram de origem étnica alemã, algumas presentes desde os primórdios da imigração, na década de 1820, na região. Desta forma, o trabalho investigativo também ensejou contribuir para novas perspectivas no campo da História da imigração, relacionando-a com áreas como política, religião, economia e educação, tendo em perspectiva uma imbricação entre estes elementos, não uma leitura em separado destas linhas de análise.

Como almejávamos também sopesar criticamente as redes sociais, nas quais estes sujeitos se inseriram e tiveram papel preponderante, lançamos mão do uso da pesquisa genealógica, visando a dimensionar a amplitude das relações que eles estabeleceram. Isso partiu da constatação de que alguns destes agentes estabeleceram vínculos familiares com membros de outras famílias expoentes da região. A partir daí, dedicamos um momento de nossa investigação para mapear os laços que uniam outros indivíduos elencados. Dentro de nosso objetivo, é apropriada a contribuição de Christophe Charle para este aspecto, ao afirmar que, no estudo acerca de um grupo social, “o historiador reencontra-se com a genealogia e a biografia, os dois gêneros históricos primeiros”. (CHARLE apud HEINZ, 2006, p. 30).

Cabe aqui destacar que fundamentamos nossa pesquisa genealógica no referencial metodológico da micro-história italiana. Fundamentando-nos em autores como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi, tidos como os mais expressivos pesquisadores desta corrente histórica, nosso objetivo era tornar visível a complexidade dos indivíduos, de suas relações e do meio na qual eles viveram, demonstrando suas estratégias, seus fracassos, seus êxitos e, acima de tudo, buscando fugir de um discurso de exaltação ou de condenação. Sobre a micro-história, Henrique Espada Lima explica:

*A micro-história fazia coro com a inflexão do debate historiográfico em direção aos temas do “vívido”, do cotidiano, da “subjetividade”, e da atenção pela “narrativa”. Assim, se enfatizarmos seus elementos de coerência com o texto, ela estaria do lado da nova história intelectual e cultural e participaria do amplo movimento de “retorno” da historiografia à história política, à biografia, à história do acontecimento e do fait divers, finalmente salvas do “limbo das superestruturas e dos fenômenos marginais”. Essa percepção, de todo modo bastante vaga, revela, contudo, alguns aspectos que me parecem importantes sobre a inserção da micro-história em um contexto intelectual mais amplo. (LIMA, 2006, p. 384-385).*

No tocante às famílias que elegemos para nossas pesquisas, estas possuíam, dentro do espaço observado, duas dimensões: uma como ambiente e outra como instrumento. No primeiro caso, as famílias são locais onde perpassam continuamente o fluxo de questões políticas, sociais, econômicas e religiosas. Estas famílias, por sua vez, por não serem estanques, acabam sendo agentes dinâmicos, interferindo e mediando as ordenações e inferindo

nos rumos tomados. Por outro lado, as relações familiares podem constituir instrumentos de relações políticas, por exemplo. Isso se dá, sobretudo, na formação de redes familiares, que, por sua vez, estão inseridas nas *redes sociais*.

Cabe aqui estabelecer algumas considerações acerca do conceito de redes sociais. Segundo Renato Pinto Venâncio,

trata-se de uma noção que se contrapõe à de “grupo social: em um grupo organizado, os indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar. Na formação de rede, por outro lado, somente alguns, e não todos os indivíduos componentes, têm relações uns com os outros”. (VENÂNCIO, 2009, p. 240).

Neste sentido, Zacaría Moutokias (2000) explica que, dentro das redes sociais, alguns indivíduos possuem uma atuação que lhes confere uma ação de conexão, servindo como mediadores. Esses mediadores possuem vinculações dentro da rede, mas não ficam restritas ao âmbito familiar. Outros elementos podem ser agregadores, contribuir para a formação e efetivação destas redes e de seus objetivos. Sobre as redes sociais familiares, é interessante a afirmação de Giovanni Levi, que nos inspira a compreendermos as relações familiares como algo mais dinâmico. Conforme o historiador italiano,

a história da família deve ser, portanto, contextualizada. A família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo. De fato, a família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso. (LEVI, 2000, p. 110).

Dentre os meios familiares de arranjo social, os mais comuns são o matrimônio, o compadrio e o casamento. Dentro do nosso campo de análise, o instrumento mais utilizado são os enlaces matrimoniais. Por esse motivo, é sobre este elemento que teceremos uma análise mais acentuada.

Os vínculos familiares, entre eles os matrimoniais, ampliam aquilo que se convencionou chamar de *capital social* e *poder simbólico* dos indivíduos envolvidos. Para Nan Lin (2006), capital social consiste de recursos embutidos nas redes ou nas associações às quais os indivíduos têm pertencimento. Por sua vez, esses recursos são parte de uma relação de troca, sendo que uma das implicações do uso deste capital social é assumir a obrigação da reciprocidade ou da compensação. Conforme conceitua Pierre Bourdieu, “o capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição”. (BOURDIEU, 1989, p. 145). Ou seja, os indivíduos ou grupos dispõem de mecanismos cujo prestígio, carisma e influência de um ou mais membros favorecem certas posições ou espaços dentro do jogo social.

Tendo em vista o estabelecimento destes deveres de reciprocidade (mas não desconsiderando os conflitos concernentes ao processo de construção social da família), entendemos que a inserção da rede familiar, dentro da grande rede social, se configura uma forma de respaldar de modo mais seguro a busca de interesses e necessidades, tanto individuais quanto de um grupo.

Como estudo de caso, embasados pelos pressupostos microanalíticos, trazemos aspectos da trajetória de Pedro Adams Filho, expressivo empresário da cidade de Novo Hamburgo, que também exerceu liderança política local por, pelo menos, 25 anos. Por meio da pesquisa genealógica, a partir de seu nome, conseguimos mapear a relação deste com outras famílias, estas também envolvidas em exercícios de poder e influência social, econômica, política e religiosa. Assim, unimos a metodologia investigativa genealógica respaldada com os critérios analíticos historiográficos atuais.

Pedro Adams Filho casou-se em 1891 com Rosalina Saenger, conhecida como Rosa, natural de Bom Jardim (atual município de Ivoti, na época distrito de São Leopoldo). O casamento ocorrera em Dois Irmãos, localidade onde também nascera a primeira filha do casal, Ludwina Catharina Adams, que se casaria com Pedro Alles, proprietário de uma fábrica de molduras em Novo Hamburgo. Pedro Alles nasceu em Santa Maria do Herval, localidade do interior do distrito de Dois Irmãos, em 1888. Faleceu em 1975. Mudou-se, ainda criança, para Novo Hamburgo, de onde fora estudar em um colégio católico de Bom Princípio. Deixando o colégio, passou a residir e trabalhar em Porto Alegre, onde se tornou sócio em um estúdio fotográfico,

pertencente a Frederico Marx. De lá, viajou para a Alemanha, a fim de aprender técnicas de fabricação de molduras. Retornando ao Brasil, voltou a residir em Novo Hamburgo, onde montou uma empresa, no ano de 1912, em parceria com Augusto Wolf. A empresa, denominada Alles & Wolf, desfez-se em 1919. Posteriormente, Pedro Alles se associa aos seus irmãos, Leonardo e José Luiz Alles. Este último casou-se com Antônia Hennemann, filha de Maria Thecla Treis e João Wendelino Hennemann. João Wendelino, por sua vez, também foi uma das lideranças emancipacionistas hamburgueses, entre 1924 e 1927.

Pedro Alles foi um dos integrantes da comissão responsável pela construção da igreja católica São Luiz. Também era integrante Pedro Adams filho, que já era seu sogro quando do início das obras da capela. Além dessa participação na comunidade católica, Pedro Alles, segundo artigo escrito por Leopoldo Petry (também companheiro de comissão de construção da igreja), também teve participação na articulação política em torno da emancipação de Novo Hamburgo. Conforme Petry,

[...] O plano de criação de um município com sede em Novo Hamburgo [...] já era muito velho. Nasceu logo depois de terminada a revolução de 1893. Foi, porém, abandonado, [...] mas não chegou a morrer. Sempre vivia no íntimo de muita gente boa. Foi em maio de 1924. Numa roda de chimarrão, no escritório do Sr. Pedro Alles, conversei com aquele cidadão, sobre a ideia que tinha, de dar alguns passos para ver se seria possível separar Novo Hamburgo de S. Leopoldo, pois, como simples distrito, não havia possibilidade para um desenvolvimento dos recursos de sua potencia industrial, aliada a sua posição privilegiada, como centro para onde naturalmente converge o comércio de uma grande e próspera zona agrícola, que forma o seu hinterland. O sr. Alles abraçou com entusiasmo o meu pensamento e já dois dias depois fomos procurar o dr. Jacob Kroeff Netto, então deputado estadual, a quem expomos o nosso projeto. Após alguma hesitação, este concordou conosco. Fomos em seguida expor o nosso plano ao conselheiro municipal sr. Pedro Adams Filho, o qual imediatamente se prontificou a acompanharnos nos passos que íamos dar. (Jornal *O 5 de Abril*, ano V, n. 5, 8/4/1932, p. 1).<sup>22</sup> Optamos por manter a grafia utilizada originalmente na publicação.

Já em Novo Hamburgo, Pedro Adams Filho e Rosalina Saenger tiveram mais cinco filhos: Albano Jacob, Edgar, Hildegard, Júlio e Oscar Frederico. Albano Jacob Adams se casou Imgard Lanzer. Edgar contrai matrimônio com Adella Ody e Hildegard casa-se com Alfredo Zancani de Azevedo, médico nascido em Porto Alegre, que chefiou as Unidades Sanitárias de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Júlio Adams se casa em 1927 com Irma Martins, filha de José João Martins. José João Martins foi o primeiro presidente da comunidade católica São Luiz de Novo Hamburgo, além de ser um dos líderes do diretório republicano hamburguense. Deste modo, os laços entre Pedro Adams Filho e José João Martins assumem direcionamentos políticos e religiosos. Oscar Frederico Adams contrai matrimônio com Maria Elma Lackmann, filha de Thecla Philomena Kroeff e João Leopoldo Lackmann. Thecla Philomena é irmã de Jacob Kroeff Neto. Ao casar-se com a sobrinha de Jacob Kroeff Neto, Oscar Frederico Adams é incorporado à família, sendo também considerado um sobrinho.

Pedro Adams Filho e Jacob Kroeff Neto possuíram fortes vínculos: ambos foram membros atuantes da comunidade católica de Novo Hamburgo. Destacaram-se como empresários conceituados e exerceram liderança significativa dentro do Partido Republicano Rio-Grandense. Além disso, a partir de 1917, os dois passaram a exercer cargos legislativos: Jacob Kroeff Neto como deputado estadual na Assembleia dos Representantes, e Pedro Adams Filho como representante de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo, cargo que ocuparia até 1925. Com o casamento de Oscar Frederico Adams e Maria Elma Lackmann, também os laços familiares uniram os dois aliados políticos. Mas esses vínculos familiares se tornaram ainda mais fortes a partir de 1926.

A primeira esposa de Pedro Adams Filho, Rosalina, faleceu em 1924. Dois anos mais tarde, em 1926, Pedro Adams Filho se casaria pela segunda vez. Sua segunda esposa seria Olga Maria Kroeff, filha de Jacob Kroeff Filho – e irmã de Jacob Kroeff Neto. Vemos aí estabelecidas entre as duas famílias fortes ligações, que exemplificam três das *modalidades constitutivas* – os vínculos que unem estes agentes – das redes sociais em que nossos agentes históricos estão inseridos: religião, política e família.

Ao abordarmos a família de Pedro Adams Filho, também cabe mencionar um de seus irmãos: Alberto Adams. Católico militante, membro do Partido Republicano Rio-Grandense, integraria o grupo dos sete primeiros conselheiros do recém-criado município de Novo Hamburgo. Nascido em

Dois Irmãos, em 7 de agosto de 1890, era vinte anos mais novo que seu irmão, Pedro. Também seguiu a trajetória de seu irmão nos empreendimentos do setor coureiro-calçadista, primeiramente trabalhando com ele e, posteriormente, com uma empresa própria, a Adams, Becker & Cia. Nessa empresa, eram seus sócios Pedro Edvino Becker e Pedro Alles.

Alberto Adams se casou com Olivia Wolf, que também era natural de Dois Irmãos. Olivia Wolf era a filha mais velha do casal Augusto Wolf e Maria Alles, católicos, naturais de Santa Maria do Herval. Maria Alles era irmã de Pedro Alles, casado com a filha de Pedro Adams Filho. Desse modo, Pedro Alles era tio da esposa de Alberto Adams, enquanto Alberto Adams era tio da esposa de Pedro Alles.<sup>3</sup>

A partir do entrecruzamento de informações familiares, acrescidas de uma verticalização do aspecto biográfico dos indivíduos, conseguimos trazer elementos significativos para uma compreensão mais ampla sobre as redes sociais que se estabeleceram como um mecanismo interacional para a sustentação de influências e obtenção de objetivos, sejam coletivos, sejam individuais. Assim, a percepção sobre a própria construção histórica de diferentes situações, em múltiplos tempos e espaços, não fica restrita ao olhar que tenta modelar os fatos conforme marcos conceituais e teóricos fixos. Permitem oxigenar interpretações, decodificar especificidades e fugir de pressupostos generalizantes.

## Conclusão

Desde a década de 1990, principalmente, os estudos relacionados com a história da imigração, sobretudo no Rio Grande do Sul, tem vivenciado uma profícua renovação, afastando-se de um modelo memorialístico e laudatório, que perfazia o modelo principal destas análises nas décadas anteriores. Este influxo renovador pode ser atribuído, em grande parte, à influência que os avanços de outros campos de pesquisa histórica tiveram, como a História Cultural, a chamada Nova História Política e o alargamento dos objetos de estudo da História Social. Além disso, o contato com outros modelos interpretativos, teorias e metodologias, como a micro-história, permitiram repensar e alargar o escopo historiográfico sobre a área da imigração.

Isso não significa, por outro lado, que as narrativas e os discursos laudatórios e etnocêntricos tenham sido superados. É necessário compreender

que as renovações historiográficas ainda estão mais diretamente vinculadas com o espaço acadêmico. Em linhas gerais, ainda estão distantes de uma forma mais popular de se perceber e escrever a imigração. E, nesse sentido, é preciso estabelecer um questionamento: Como os pesquisadores acadêmicos buscam aproximar suas interpretações históricas do meio social, *fora dos muros* da academia? Há, de fato, o interesse de ampliar o espaço de divulgação e debate destas novas interpretações, oferecendo, ao menos, a oportunidade de contato com outros pontos de vista? São aspectos que merecem ser pensados e discutidos, tendo em vista que, para além da atuação no meio acadêmico, os historiadores têm um compromisso com a sociedade na qual estão inseridos.

Sintetizando a ideia central deste artigo, buscamos, através do exemplo dado a partir da pesquisa familiar relacionada com Pedro Adams Filho, demonstrar que a metodologia genealógica é um recurso instrumental importante para se compreender as relações sociais em diferentes contextos. Desde que esta não fique reduzida apenas ao viés descritivo, cronológico e desprovido de interatividade entre indivíduos e contextos de vivência. E, especialmente, atentamos para a diferença discursiva que deve ser aplicada pela abordagem historiográfica: deve se afastar de uma representação laudatória e classificadora, ainda muito atrelada com a pesquisa meramente genealógica. Por outro lado, reforçamos que há um outro perigo, este muito mais voltado para os historiadores: a tendência, ainda contumaz, de *sacralização* ou *demonização* dos sujeitos e grupos analisados. A historiografia avançou muito, mas certos discursos ainda reproduzidos no meio acadêmico refletem um distanciamento perigoso entre conhecimento científico e realidade social.

## Notas

---

<sup>1</sup>A árvore genealógica também pode ser chamada de *heredograma* (do latim *heredium*, herança), que é a representação gráfica das relações de parentesco entre os indivíduos de uma família. No heredograma, cada indivíduo é representado por um símbolo, que mostra as suas características particulares e a relação de parentesco com os demais.

<sup>2</sup> Optamos por manter a grafia utilizada originalmente na publicação.

<sup>3</sup> Informações obtidas através de um recorte do *Jornal NH*, datado do ano de 1977, do qual se fizeram edições especiais em virtude do cinquentenário da emancipação de Novo Hamburgo – Caixa Novo Hamburgo – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

## Referências

---

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART; Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Ed. da Unesp, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca pela segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (Coleção Campo Teórico).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. (Coleção Campo Teórico).

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia, a história. In: \_\_\_\_\_. *Ditos & Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. (Memória e sociedade).

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercício de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. Família Patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario del IEHS*, Tandil, v. 15, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, n.10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980*. São Paulo: Ed. da Unesp; Cultura Acadêmica, 2015.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima, no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercício de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões – Revista de História da UFES*, Vitória, n. 18, p. 236-250, 2008.
- WOORTMANN, Ellen F. A árvore da memória. *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 159, p. 1-13, 1994.
- ZÚÑINGA, Jean-Paul. Clan, parentela, família, indivíduo: métodos y níveis de análisis. *Anuario IEHS*, Argentina: Tandil, n. 15, 2000.

